

Transgênicos

Milho na berlinda

FORAM NOVE anos entre o pedido de autorização do plantio comercial do milho geneticamente modificado e a aprovação da CTNBio (das 32 solicitações para plantio experimental, apenas 8 foram analisadas e só 3 atendidas). Nesse período ocorreram as disputas na Justiça entre grupos contrários e favoráveis aos organismos geneticamente modificados.

A CTNBio aprovou em 16 de maio último, durante reunião aberta ao público por determinação judicial, a liberação comercial do milho transgênico Liberty Link, produzido pela alemã Bayer CropScience. É o primeiro transgênico a ser liberado, desde que, recriada pela Lei de Biossegurança, de 2005, a CTNBio voltou a se reunir, com nova composição e novas regras, em fevereiro de 2006.

Por 17 votos favoráveis, quatro contrários e um pedido de diligência, a maioria do colegiado concluiu que o milho tolerante a herbicidas à base de glufosinato de amônio não apresenta indícios de ameaça à saúde humana, animal ou ao meio ambiente.

Embora a comissão já tenha permitido a comercialização no país da soja transgênica Roundup Ready (1998) e do algodão Bollgard (2003), ambos da Monsanto, os seus cultivos no País ocorrem por autorização especial do presidente Lula, diante do fato consumado do contrabando maciço de sementes modificadas.

Os cientistas defenderam o produto por seus benefícios à agricultura e à liberdade de decisão dos produtores, sob o argumento da “equivalência substancial” com espécies convencionais. Além disso, indicaram a ausência de problemas rela-



tados na literatura científica ou em países onde o milho já foi liberado.

No exterior, 29 países cultivam espécies geneticamente modificadas (GM), notadamente soja, milho e algodão, ou importam e consomem produtos delas derivados e autorizações para o plantio comercial ou experimental de transgênicos são frequentes, com exceção da Grã-Bretanha.

Essa tecnologia da semente do milho está defasada em relação à aplicada em outros países, como Argentina e Colômbia, com dois genes juntos na mesma planta: um gene com resistência a inseto e outro tolerante a herbicida – os produtores rurais acreditam que poderão reduzir em cerca de 20% do custo de produção do milho.

A decisão dos cientistas da CTNBio deve ser submetida ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto por 11 ministros de Estado, para a avaliação

dos aspectos da “conveniência e oportunidade socioeconômicas e do interesse nacional” da liberação comercial.

Para obter o registro definitivo, o produto precisaria do voto da maioria absoluta dos ministros – o quórum mínimo do CNBS é de seis ministros. Cabe à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, convocar a reunião do conselho nos próximos 15 dias, depois da decisão da CTNBio ser publicada no *Diário Oficial da União*. Os ministros têm até 90 dias para deliberarem sobre a decisão dos membros da CTNBio.

Depois de aprovado pelos ministros, o documento será encaminhado ao MAPA, para fazer os registros e autorizar a multiplicação das sementes.

Batalhas judiciais

O presidente da República sancionou meses atrás a redução do quórum para as deliberações da CTNBio. Original-

Lei da Biossegurança em xeque

O Conselho Nacional de Biossegurança, que concederia a liberação comercial do milho transgênico desenvolvido pela Bayer (Liberty Link), devolveu o processo à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A decisão foi tomada devido aos recursos interpostos pelo Ibama e pela Anvisa, que solicitaram novos estudos sobre o comportamento da cultivar no meio ambiente e a coexistência do milho com as outras variedades da semente.

Criada há dois anos para resolver conflito de competência entre setores do governo e longas batalhas judiciais na área de transgênicos, a Lei de Biossegurança pouco consegue mudar. Desde que a CTNBio passou a se reunir, em dezembro de 2006, a disputa entre os setores pró e contra os transgênicos ficou evidente.

A disputa em torno da liberação dos transgênicos na CTNBio enfraquece a Lei Biossegurança. A única liberação comercial aprovada não entrou em prática, com o recurso do Ibama e da Anvisa no CNBS, além de uma ação na Justiça que suspendeu os efeitos da votação.

A Anvisa abriu consulta pública sobre normas para avaliação de segurança de alimentos produzidos com organismos geneticamente modificados. De acordo com resolução da Anvisa, as empresas interessadas na liberação dos produtos teriam de responder a 119 questões. O parecer da agência seria encaminhado ao Ministério da Saúde e repassado à CTNBio.

Há um desacerto político entre os órgãos da administração federal quanto à competência para a normatização no campo dos transgênicos. Criada para funcionar como um órgão técnico e científico, a CTNBio foi, desde o início de sua atividade, submetida a pressões de diferentes naturezas. As dificuldades para formação de quórum para deliberações e as neutralizações das influências dos cientistas são ações comuns.

O presidente da República tem autoridade formal para decidir os objetivos do governo e a articulação dos organismos da máquina federal. A aplicação de leis e de meios administrativos para impor a necessária disciplina e impedir conflitos entre os vários setores do serviço público. Diferenças de opinião e disputas de poder não podem ameaçar projetos importantes. Se a modernização tecnológica é um objetivo do governo, a ação dos grupos adversários da CTNBio põe em xeque uma das linhas fundamentais da política oficial.

berty Link, produzido pela multinacional Bayer CropScience;

- Proibir a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) de deliberar sobre novos pedidos de aprovação de outros tipos de milho transgênico.

A medida exige da CTNBio a elaboração de regras de monitoramento dos produtos liberados e o providenciamento da coexistência com as variedades orgânicas – ou seja, a distância ideal do plantio entre uma semente convencional e a transgênica.

Antes de aprovar o milho Liberty Link, a comissão já havia permitido a comercialização da soja transgênica Roundup Ready (1998) e do algodão Bollgard (2003), ambos da Monsanto.

A liminar da Justiça Federal sobre o milho é o primeiro lance de uma nova batalha judicial em torno da liberação comercial de transgênicos, assim como ocorreu no caso da soja da Monsanto.

A reunião mensal da CTNBio, de 18 de junho, foi marcada por divergência interna. A decisão sobre as liberações comerciais dos milhos transgênicos da Monsanto (Guardiana e o Roundup Ready 2), da Syngenta Seeds (o Bt11, ICP-4 e GA21), além do algodão da Bayer (LLCotton25) ficou adiada para agosto. Os pedidos de revisões dos processos pelo membros da comissão foram aceitos.

Por sua vez, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apresentaram recursos ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) para anulação da liberação do LL. A alegação é de que não há estudo prévio de impacto ambiental, nem avaliação de risco, caso a caso, que fundamente a decisão da comissão.

A temperatura fica mais quente com a liberação do milho transgênico, OMON 810, resistente a insetos. Na fila de espera da avaliação da CTNBio há mais nove variedades de sementes OGMs aguardando decisão. Essa quantidade deve aumentar para doze com a entrada de duas vacinas para combater doenças de ovinos e o algodão Bollgard 2 (Bt). ■

mente, eram necessários os votos de 2/3 dos seus titulares, ou seja, 18, para a liberação de um produto transgênico. Em novembro, faltou um voto para ser aceito o pedido de autorização de uma vacina GM destinada a suínos, amplamente usada no exterior. Agora, também com 17 votos favoráveis, o milho transgênico foi aprovado.

O processo é encaminhado ao CNBS, para dar ao governo a última palavra na matéria, sob a alegação no mínimo discutível de que um transgênico pode ser inócuo, mas nem por isso o seu plantio seria necessariamente desejável. É uma etapa institucionalizada do processo, que

retoma o exame do assunto pelos ângulos da conveniência, da oportunidade socioeconômica e do interesse nacional.

As grandes barreiras, no entanto, são as ações judiciais de iniciativa do Ministério Público Federal a fim de obter a declaração de nulidade dos procedimentos da comissão.

A pedido de quatro instituições – Terra de Direitos, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Aspta e Associação Nacional de Pequenos Agricultores (Anpa) –, a Justiça Federal do Paraná, em 18 de junho, decidiu:

- Suspender a liberação comercial do milho geneticamente modificado Li-